

APOIO AO ACORDO DA DÍVIDA

A opinião geral é de que o País remove um obstáculo, mas há dúvidas quanto à volta dos investimentos externos a curto prazo, como espera o governo.

O acordo de médio prazo do Brasil com os bancos credores para o reescalamento da dívida externa teve, em geral, repercussões positivas entre personalidades ligadas à execução da política econômico-financeira do País e também junto aos círculos financeiros internacionais. Nem todos, porém, concordaram em avaliar o tom de euforia com que o governo brasileiro anunciou o fechamento do acordo e suas consequências.

O presidente José Sarney voltou a enfatizar, ontem, em Minas Gerais, o tom otimista do ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda. Para o presidente, agora o Brasil poderá conseguir novos investimentos externos a curto prazo, em consequência do acordo que ele classificou como "o melhor que já foi feito por qualquer país para a regularização de suas contas externas". Sarney destacou em especial uma das cláusulas que prevê: "havendo uma modificação na situação financeira internacional ou havendo aumento das taxas de juros ou queda das nossas exportações, o acordo pode ser revisto".

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) e o ex-presidente do Banco Central, Francisco Gros, elogiaram os termos do acordo ontem, em Curitiba. Para o ex-ministro da Fazenda, "é um acordo razoável", enquanto na análise de Gros "é o melhor possível nas atuais circunstâncias". O também ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, julga que o acordo pode ser considerado o melhor já feito pelo País, no que diz respeito a *spread* (taxa de risco) e prazos. Mas salientou que essa é uma tendência que vem sendo verificada em outros acordos, como o do México. Delfim, por sua vez, ressaltou que o acordo "só foi possível porque fomos

ao FMI, e estávamos com a situação externa mais folgada, tranqüila".

Pastore, ao contrário de Sarney, não acredita que o acordo possa ter efeitos de curto prazo sobre o nível de investimento externo no Brasil. Tampouco para a conversão da dívida e nos termos das negociações com o Clube de Paris. Reconhece, no entanto, que com o acerto acaba um fantasma da economia brasileira, que poderá regularizar as linhas de crédito, e permitindo ao governo concentrar suas atenções na resolução de problemas internos.

Diferentemente de Pastore, o vice-presidente de Operações Internacionais do Banco do Brasil, Narciso Fonseca Carvalho, acredita que as consequências serão muito positivas para um acerto com o Clube de Paris, cujas negociações devem começar entre julho e setembro próximos. E, "a partir daí, devem ser retomadas imediatamente as vastas linhas de crédito externo a médio e longo prazos, para que o Brasil possa proceder às importações de bens de capital e bens de consumo duráveis".

Embora admita que a dilatação do prazo seja benéfica, pois incidirá "sobre todo o estoque da dívida, o que, por enquanto, é muito bom", Francisco Gros ressaltou que "não se equaciona o problema da dívida" como um todo. Em sua avaliação, "o governo continua empurrando seus problemas mais sérios com a barriga".

Quem não gostou nada do desfecho das negociações foi a Comissão Especial da Dívida Externa do Senado, que divulgou ontem uma nota criticando o ministro Mailson por ter-se recusado a comparecer à comissão para expor os termos da negociação com

os credores. A nota é assinada pelos senadores Carlos Chiarelli e Fernando Henrique Cardoso.

Acordo clássico

Na Europa, certos credores classificaram o acordo como "razoável para todos", fazendo questão de atenuar certas declarações do ministro Mailson da Nóbrega, consideradas triunfalistas. Ao afirmar que as condições obtidas pelo Brasil foram mais interessantes do que as das recentes negociações com México e Argentina. A imprensa especializada definiu o acordo como clássico, marcando a volta da ortodoxia que os bancos conseguiram finalmente impor ao Brasil, após a moratória.

Um banqueiro francês citado pelo jornal *Le Monde* afirma que o acerto brasileiro "mostra que voltamos a um esquema perfeitamente clássico". Não houve nenhuma grande inovação, segundo ele, pois o Brasil começou pedindo entre US\$ 10 bilhões e US\$ 11 bilhões de dinheiro novo e acabou obtendo US\$ 5,2 bilhões.

A declaração do secretário-adjunto do Tesouro norte-americano, David Mulford, de que não apoiaria um empréstimo-ponte ao governo brasileiro para o pagamento dos juros da dívida externa referentes aos meses de junho e julho deixou "surpreso" o assessor para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral.

Ele disse desconhecer a declaração de Mulford, feita ao jornal *Gazeta Mercantil*, em Washington, um dia após o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, anunciar, no Brasil, que o empréstimo-ponte estava sendo negociado satisfatoriamente com organismos oficiais internacionais, inclusive o governo dos Estados Unidos.